A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

VOCATIONAL THE IMPORTANCE OF SOCIAL SERVICE IN THE CONTEXT OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION

CAROLINE CRISTINA VIEIRA*
THAMY GAIANI NEGRÃO**
GERCELEY PACCOLA MINETTO***

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma reflexão sobre a importância do Serviço Social na Educação Infantil, realizado junto às famílias das crianças inseridas no Centro de Educação Infantil Santo Antonio – CEISA, no município de Bauru, no período de fevereiro a outubro de dois mil e treze. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, cujo instrumental de coleta de dados, foram à observação e a entrevista, semiestruturada, através de um formulário, com perguntas abertas. Tem como objetivo: evidenciar a importância do Serviço Social numa escola de educação infantil. Os resultados apontam que a concepção das famílias sobre o Serviço Social ainda é de ajuda, porém apenas na terminologia, pois o identificam como de suma importância na articulação entre família e escola, reconhecem a importância do profissional na instituição como um elemento competente e com grande responsabilidade, sendo aquele que complementa as ações dos outros profissionais na compreensão da realidade. Conclui-se que o

Palavras-chave: Educação infantil. Família. Serviço Social.

*Bacharelanda em Serviço Social pelo Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social sob a orientação da Professora Mestre Gerceley Paccola Minotto.
*Bacharelanda em Serviço Social pelo Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social sob a orientação da Professora Mestre Gerceley Paccola Minotto.
*** Possui graduação em Serviço Social - Instituição Toledo de Ensino (1982) e mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002). Atualmente é professora da graduação e pós-graduação do Curso de Serviço Social do Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino.

Centro de Educação Infantil Santo Antonio- CEISA desempenha um trabalho diferenciado, destacado pelo trabalho social desenvolvido com as famílias e alunos, atendendo as expectativas dos usuários, envolvendo e mediando estas relações, colocando-os como sujeitos de sua história.

ABSTRACT

This study is a reflection about the importance of the Social Work at Childhood Education, made with the children's families of the Centro de Educação Infantil Santo Antonio - CEISA, in Bauru, during the period of February to September of two thousand and thirteen. This study is qualitative, and the instruments used for data collets were observation and interview, half-structured, using a form with open questions. The goals were: to show the importance of Social Work at Childhood Education. The results show that families conception about the Social Work is still help, but only in terminology, because they identify it as much important for the talk between the family and school, recognize the importance of professional in the institution as an member important and that have much responsibility, and adds the actions of others professionals to understanding the reality. It is concluded that the Centro de Educação Infantil Santo Antonio – CEISA makes a different work, noted by the social work with families and students, engage and mediate these relationship, put them by members of their own history.

Keywords: Childhood education. Family. Social work.

1 INTRODUÇÃO

A educação infantil é o momento em que as crianças se desenvolvem, alcançando suas potencialidades individuais, criando a sua identidade e vínculos com a sociedade, adquirindo valores, crenças, concepções, dentre outras habilidades.

Nessa etapa, considerada a primeira, a criança começa a conhecer o outro e a si mesmo, como também aprende a si respeitar e a respeitar o outro, ou seja, aprende a essência das palavras, se relacionando cada vez mais.

Do ponto de vista histórico, a educação da criança esteve sob a responsabilidade exclusiva da família durante séculos, era no convívio com os adultos que ela participava das tradições e aprendia as normas e regras da sua cultura. Na sociedade contemporânea, por sua vez, a criança tem a oportunidade de frequentar um ambiente de socialização, convivendo e aprendendo sobre sua cultura mediante diferentes interações com seus pares.

Verifica-se que, até meados do final dos anos setenta, pouco se fez em termos de legislação que garantissem a oferta desse nível de ensino. Já na década de oitenta, diferentes setores da sociedade como: organizações não governamentais, pesquisadores da área da infância, comunidade acadêmica, população civil e outros, uniram forças com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre o direito da criança a uma educação de qualidade desde o nascimento.

No século XX até os dias de hoje, houve o reconhecimento da infância, começando a se delinear que as crianças necessitavam de seu espaço, lugar, tempo e cuidados diferenciados, com a oportunidade de frequentar um ambiente de socialização, conquistando um lugar de fundamental importância para a família a para a sociedade.

A Constituição Federal de 88, em seu artigo 205, estabelece que:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB/ 9394/96) em seu artigo 29 estabelece que:

> A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Assim, entende-se que toda criança tem o direito à educação desde o seu nascimento. No entanto, com as mudanças ocorridas após a Revolução Industrial, com a inserção dos pais no mercado de trabalho, surge um novo modelo de família, alterando o modo de educar os filhos, deixando as crianças aos cuidados da escola, para que esta assuma a educação de seus filhos.

Essas transformações afetaram diretamente a dinâmica familiar, pois a maioria dos pais passa a maior parte do tempo trabalhando, visando o sustento da família e os filhos na escola se relacionando com outros adultos e crianças, proporcionando uma distância entre pais e filhos, causando o enfraquecimento dos vínculos e, consequentemente, um conflito, já que os mesmos não exercem autoridade sobre as crianças uma vez que a educação é delegada totalmente à escola.

Diante dessa realidade, a inserção do profissional de Serviço Social nas escolas de Educação Infantil, para atuar junto a uma equipe multidisciplinar, não somente com base na política educacional, mas também com a família do educando, trabalhando com as diferentes expressões da questão social expressadas pelas famílias.

O Serviço Social por ser uma profissão, que tem como objeto de intervenção as expressões multifacetadas da questão social, que atua no conjunto das desigualdades que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho, isto é, das ciências humanas e sociais para análise e intervenção nas diversas refrações da questão social, deverá cada vez mais ser capaz de decifrar esta realidade para poder intervir e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano como cita Iamamotto (2008, p. 20).

Mediante tais considerações, e em cumprimento ao estágio obrigatório do Curso de Serviço Social, numa escola de educação infantil surge o interesse nas pesquisadoras em

desvelar a real importância do profissional de Serviço Social em uma escola de educação infantil, seu trabalho, suas ações junto às crianças e famílias, atuando no núcleo das famílias enfrentando as expressões da questão social, efetivando direitos, emancipando-as e aproximando-as da escola.

O problema levantado é: Qual a importância do Serviço Social na educação infantil. A hipótese sugerida é o mundo atual marcado pela aceleração das transformações e dos conhecimentos, pela expansão da tecnologia dos meios de comunicação, pela contestação dos valores estabelecidos, pela explosão demográfica, é, inevitavelmente, um mundo com novas exigências é papel da escola hoje entender o mundo e vivificar novas experiências de formação de ideias que visem um aprendizado criativo e prazeroso. A Escola deve ter um papel de aproximação do aluno em relação á realidade que lhe cerca para que este esteja sempre preparado para o mundo do trabalho e para a vida social.

O Serviço Social, juntamente com uma equipe interdisciplinar, é fundamental para o bem estar das crianças no ambiente escolar, desenvolvendo um papel educativo, na busca de garantia de direitos e melhoria na qualidade de vida, atuando nas expressões da questão social em cada família, que recebe intervenção através dos projetos específicos visando à emancipação dos sujeitos e a transformação da realidade vivida, aproximando os pais do ambiente escolar.

Este estudo é de suma importância para a própria instituição, como para os pais, pois, possibilitará a percepção e a compreensão de ambos sobre o trabalho que o profissional de Serviço Social desenvolve na instituição juntamente com as crianças e as famílias, colocando a importância dessa profissão inserida na escola e explanando sobre sua atuação.

Já para o Serviço Social, sua relevância está em possibilitar conscientização das famílias de seu papel de protetora de sua prole, bem como participar da vida cotidiana dos mesmos, dialogar e respeitar, estimulando e ampliando os vínculos afetivos, garantindo uma aproximação da família X escola e vice-versa.

Ainda mais, o assistente social é um profissional qualificado que, através da intervenção investigativa, poderá fazer um diagnóstico da realidade social, e formular, executar e avaliar os serviços, programas e políticas sociais propiciadas pela instituição em defesa e ampliação dos das crianças e respectivas famílias.

A tipologia da pesquisa é qualitativa, porque visa garantir a subjetividade de cada indivíduo, abordando a importância do Serviço Social na educação de forma aprofundada. Os

instrumentais utilizados para a coleta de dados foram a observação e entrevista focalizada no formulário com perguntas abertas.

Este trabalho, primeiramente, apresenta a fundamentação teórica, momento que aborda-se os tópicos visitando a educação brasileira hoje e o significado da educação infantil, a educação brasileira hoje segundo a Lei de Diretrizes e Bases, a importância da educação infantil na vida da criança, a escola hoje e sua função social, em segundo momento aborda-se o Serviço Social como profissão interventiva e sua atuação junto as instituições escola e família e a família contemporânea e sua função de proteção aos tutelados e o papel do Serviço Social.

No terceiro item apresenta-se a metodologia do estudo e análise e interpretação dos dados, divididos em dois eixos, a saber: a concepção das famílias sobre o Serviço Social na escola e o papel e a importância do Serviço Social no CEISA. Dessa forma, busca-se qualitivamente, mensurar os dados e obter os resultados de acordo com os objetivos propostos, tendo como base teorias de diferentes autores.

Em último item, se apresenta a conclusão do estudo e a sugestão que o trabalho evidencia.

2 VISITANDO A EDUCAÇÃO BRASILEIRA HOJE E O SIGNIFICADO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Este item traz um pouco da educação brasileira nos dias atuais, tendo como arcabouço legal a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996.

Brevemente, se tratando uma retrospectiva do surgimento da escola, desvelando, sinteticamente, as grandes transformações ocorridas na mesma, de acordo com a transição dos tempos, partindo da sua história no Brasil iniciada no século XV, decorrente do descobrimento do país, momento este que não havia nenhum desenvolvimento de um sistema

de escrita, muito menos algo relacionado com a educação escolar, aparecendo às primeiras relações entre Estado e Educação, em 1549, pelos Jesuítas.

2.1 A educação Brasileira hoje, segundo a Lei de Diretrizes e Bases

No decorrer dos anos até os dias de hoje, muito se mudou no que diz respeito à educação em suas concepções, o modo de como é vista pela sociedade e de como esta a reconhece enquanto política pública, necessária e importante para a formação do homem no exercício de cidadania.

No texto Família e a escola a autora Maria Jucilene (2011) traz a reflexão sobre a evolução que os anos proporcionaram, na qual pontuou que a escola na Idade Média surgiu em alguns locais, com a responsabilidade de educar, levando várias pessoas a se especializarem na tarefa de ensinar, deixando de existir a ideia de que as crianças não tinham necessidade de ter uma educação formal, pois, o fato de acompanhar os pais em suas atividades era um grande aprendizado para a vida social no futuro, prevalecendo a concepção de que a educação não era tão importante quanto o trabalho e que as escolas eram apenas para as elites e que os mais simples, filhos de trabalhadores assalariados, tinham que aprender sobre o trabalho para ajudar no sustento da família.

Do ponto de vista histórico, a educação da criança esteve sob a responsabilidade exclusiva da família durante séculos, era no convívio com os adultos que ela participava das tradições e aprendia as normas e regras da sua cultura, se desenvolvendo nos aspectos psicológicos, físicos, intelectual e social.

De Acordo com o Artigo "A História da educação Infantil no Brasil: Avanços, Retrocessos e desafios dessa modalidade educacional":

> Verifica-se que, até meados do final dos anos setenta, pouco se fez em termos de legislação que garantissem a oferta desse nível de ensino, Já na década de oitenta, diferentes setores da sociedade, como organizações não-governamentais, pesquisadores na área da infância, comunidade acadêmica, população civil e outros, uniram forças com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre o direito da criança a uma

> educação de qualidade desde o nascimento. (Paschoal, J. D e Machado, M.).

No século XX até os dias atuais, houve reconhecimento da importância da fase da infância, começando a se delinear que as crianças necessitam de seu espaço, lugar, tempo e cuidados diferenciados, com oportunidades de frequentar um ambiente de socialização com qualidade, conquistando um lugar de fundamental importância para família e sociedade.

Historicamente, a partir da Era Vargas, em 1930, é que começaram a surgir reformas educacionais importantes, como também debates e formulação de novas políticas públicas para a educação.

A Educação Brasileira sofreu transformações ao longo de sua existência, por consequência dos tantos prejuízos ocasionados pelo regime militar. Inicia-se uma nova fase consolidada como seu marco a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996.

Segundo o dicionário Aurélio, Educação é: "O desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social".

A Educação mereceu destaque na Constituição Federal de 1988, pois, determina que o atendimento ao pré-escolar, é um direito das crianças de 0 a 6 anos e dever do Estado, como também estabelece as políticas de garantia de direitos, visando proteger os direitos humanos fundamentais, políticas que garantem o direito à vida, às necessidades básicas, à liberdade de pensamento e de expressão, e à igualdade perante a lei.

O Governo Federal através do Ministério da educação regulamenta a educação, e os governos locais são responsáveis por elaborar programas educacionais e utilizar financiamentos oferecidos pelo Governo Federal.

A Constituição Federal de 88, em seu artigo 205, estabelece que:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A lei Maior de 88 abriu caminhos para a elaboração e formulação da LDB 9394/96 ampliando e aprofundando conquistas em matéria educacional.

Oliveira (2002, p. 11) pontua que: "A Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional aplica ao campo da educação os dispositivos constitucionais, assim, a referência fundamental da organização do sistema educacional do país".

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi sancionada em 1996, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da educação Paulo Renato, a qual regulariza o sistema de educação nacional brasileiro e a modifica, incluindo a educação infantil (creches e pré-escolas), momento considerado a primeira etapa da educação básica, assim estabelecendo as bases de um novo patamar na política de educação infantil e normas para o ensino básico, fundamental, médio e superior.

A LDB 9394/96, em seu artigo 29 estabelece que:

> A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Esta lei é resultado de uma grande luta social, as LDBs anteriores (61 e 71) reivindicavam no sentido de renovar os termos educacionais, mencionando para fazer parte do sistema educacional brasileiro, a creche, para o atendimento de crianças de 0 a 3 anos e a pré-escola para crianças de 4 a 6 anos, considerando esta etapa como a primeira da educação básica.

A Constituição Federal de 88 e a LDB definiram que as creches se caracterizam com uma atuação de horário integral e a pré-escola com funcionamento semelhante ao horário da educação básica, mudando a concepção das instituições de educação infantil em seu surgimento, caracterizadas por associações filantrópicas, vinculadas às áreas assistencialistas, conhecidas como creches.

Rizzo (2003, p. 47) pontua que:

> Durante os primeiros anos de existência da creche, sua finalidade limitava-se ao recolhimento de crianças pobres da rua, visando

> esconder da sociedade a miséria existente. As violências cometidas, dentro dessas instituições contra as crianças eram imensas, pois ignoravam seus interesses, características e necessidades incluindo as de ordem afetiva.

O surgimento das creches no Brasil ocorreu tardiamente, se comparado a outros países, como por exemplo, os EUA, a França entre outras, as mesmas eram subordinadas por órgãos médico/assistencial, caracterizada como uma instituição assistencial, nas quais o Estado participava apenas com as verbas. As creches eram consideradas um espaço que ocupava o lugar da família, ou seja, como um depósito de crianças e forma de preenchimento da ausência dos pais e/ou responsáveis pelos cuidados, afeto, dentre outras formas.

Oliveira (1992, p. 17) descreve que: "Cada vez mais mulheres de diferentes camadas sociais estão assumindo trabalho e outras atividades fora de casa – como o estudo, a participação na comunidade e, necessitam de ajuda no cuidado e educação de seus filhos".

O principal motivo pelo seu surgimento se identificou pela inserção das mulheres no mercado de trabalho, cada vez mais as mulheres participam da força do trabalho para a sobrevivência da família, devido as piores condições do salário do homem, que consequentemente, se fez necessário a participação da mulher na composição da renda mensal familiar.

Gayotto (1992) relata que:

> As modificações sociais ocorridas no mundo em decorrência das mudanças no mercado de trabalho afetaram a organização familiar, provocando o afastamento da mulher em sua função materna. A mulher ausentou-se do filho para trabalhar fora de casa, com finalidade de aumentar a renda familiar, ou, em casos de mães sem parceiros, para garantir sobrevivência própria e da família.

O atendimento destas instituições filantrópicas, denominadas "creches" na perspectiva apresentada, destinava-se para os filhos de pobres, os trabalhadores assalariados das indústrias, como direito da mulher em terem seus filhos aos cuidados da creche em nível assistencial, sem a preocupação de possibilitar uma educação de qualidade para os filhos e

participar da vida cotidiana da criança e muito menos, acompanhar seu desenvolvimento intelectual nesta primeira etapa. (MACHADO, 2002)

Nessa época as creches perderam parcialmente seu significado, pois praticadas por instituições filantrópicas, os atendimentos eram realizados as crianças abandonadas ou filhos de empregados, gerando para a sociedade uma confusão de qual seria a diferença entre creches e orfanatos.

Destaca-se que na história do surgimento das creches no Brasil, sua preocupação centrava-se no ato de ajuda para as mulheres decorrente da exploração de mão de obra feminina e a jornada dupla de trabalho, já o surgimento das pré-escolas, tinham como objetivo preparar as crianças para o seu futuro papel de aluno, após a Constituição Federal de 88 e a LDB/96, as creches e pré-escolas tornaram-se um direito da criança e um dever do Estado.

Ressalta Machado (2002, p.40) que:

> A transferência das creches da assistência para a educação, implica o estabelecimento de normas e regulamentações para o credenciamento e funcionamento das mesmas e, consequentemente, para a realização da supervisão, acompanhamento, controle e avaliação por parte dos sistemas de ensino. Essas normas visam garantir padrões básicos de qualidade no que diz respeito, por exemplo, à existência de espaço físico e materiais adequado, a exigência de um profissional com formação pedagógica e à construção de uma proposta pedagógica que leve em conta as necessidades individuais da criança, o contexto sociocultural em que vive, e a integração dos aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais de seu desenvolvimento.

Para a educação infantil, a decisão da LDB 9394/96, significou um momento importante, pois situou a mesma na educação básica, dando uma posição cronológica e um espaço na sociedade, expressando um novo conceito, enfatizando-a na formação indispensável para a pessoa exercer a cidadania e estabelecer seus valores, crenças, autonomia e bases.

Brzezinski (2000, p.91) aponta que:

> A mudança conceitual da educação infantil acha-se claramente expressa na atual LDB, constituindo-se na primeira etapa da educação

> básica e tendo por objetivos o desenvolvimento integral da criança até seis anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social (art. 29). Esse dispositivo torna evidente o reconhecimento da educação infantil como etapa especifica da formação humana, com base na idéia da educação como processo continuo, que se inicia a partir do nascimento da criança.

As instituições que atendem crianças de 0 a 6 anos de idade, segundo a LDB, são compreendidas como Centro de Educação Infantil (CEI's).

Soares (2003, p.202) explica que:

> CEIS denominação dada a instituições de Educação Infantil em alguns sistemas de ensino. Os CEIS são as antigas creches. A LDB reconhece a Educação Infantil (0 a 6 anos) como um direito de todas as crianças e como a primeira etapa da educação básica; determina a integração de todas as creches e pré-escolas aos sistemas de ensino.

Mediante este contexto, se fez necessária a articulação da educação infantil e o ensino fundamental, devendo ser coordenado e organizado os conteúdos e métodos a serem utilizados em seus planejamentos, complementando e aprofundando o aprendizado, no sentido de transferir novos conhecimentos, pautados no que foi trabalhado no decorrer do próprio processo educacional da criança, possibilitando maior desenvolvimento tanto para os educadores e profissionais da área da educação, como para as crianças.

O art. 22 da LDB/96 afirma que: "A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores".

A educação básica é um conceito que vem se introduzindo nos sistemas educativos, revelando-se como uma educação que se inicia desde o nascimento da criança, tendo como ponto de vista que toda pessoa precisa participar da sociedade, como sujeitos ou cidadãos.

Machado (2000, p. 14) declara que:

> A política de educação infantil, como de resto toda política educacional, não se define em termos fechados e conclusivos, porque ela é um processo e, como tal, se revela em cada época e contexto em uma ou várias formas de ação. Ela existe quando a educação assume uma forma organizada, sequencial, ditada de acordo com as finalidades e os interesses que se têm em relação às crianças que serão atendidas.

No Brasil, atualmente, as crianças têm que frequentar a escola, no mínimo, nove anos, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade no ensino fundamental, conforme a lei nº 11.274, sancionada pelo Presidente da República em 2006, alterando os artigos 29, 30, 32, e 87 da lei nº 9.394 de dezembro de 1996, cujo objetivo visa possibilitar às crianças maior convívio escolar, para que a mesma tenha um aprendizado de qualidade.

Assim, evidencia-se que a Constituição Federal de 88 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394), se constituíram em grandes avanços para a educação e para a sociedade, pois, procurou-se analisar a realidade do mundo, para implementar uma futura transformação social, através da educação, uma vez que esta é a base de todo o desenvolvimento intelectual e social de todo ser humano e, consequentemente, de uma sociedade e esta se inicia na fase infantil.

2.2 A importância da educação infantil na vida da criança

A educação infantil se define como um momento importante para vida da criança, pois é nessa etapa, considerada pela LDB como a primeira da educação básica, sendo através dela que as crianças adquirem seus valores, suas crenças, seus costumes, possibilitando seu desenvolvimento integral, seguindo os aspectos psicológicos, sociais, físicos dentre outros.

Nos dias de hoje, após a regulamentação do sistema educacional a consciência de uma educação de qualidade para crianças de zero a seis anos de idade tem aumentado, com a preocupação de estabelecimentos específicos para as práticas pedagógicas, visando maior desenvolvimento da criança (MACHADO, 2002).

Com esse avanço proporcionado pelas leis, como a Constituição Federal de 88, juntamente com a LDB/96, a educação infantil passou a ser um direito da criança e dever do Estado, traçando propostas pedagógicas a serem planejadas e avaliadas pela comunidade escolar, a fim de aperfeiçoar o sistema de ensino, melhorando o desenvolvimento de competências e propiciando um ambiente organizado e saudável para os cuidados das crianças (MACHADO, 2002).

Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), criado em 1990 é uma política de proteção inovadora, com objetivo à defesa dos direitos das crianças e adolescentes, em seu artigo 5º declara:

> O direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à atenção integral, e à convivência familiar e comunitária, são os grandes princípios constitucionais pelo qual todos nós lutaremos incondicionalmente.

Logo, nesta fase, as crianças adquirem habilidades, conhecimentos e competências, pois o ato de educar nessa faixa etária significa possibilitar situações de aprendizagem, transmitir conhecimentos sociais e culturais, cuidados necessários, brincadeiras, contribuindo para o relacionamento das crianças com as pessoas, praticando sua auto aceitação, respeito e confiança (MACHADO, 2002).

Rizzo (2003, p. 81), ressalta que:

> É na primeira infância, de zero a seis anos, que o indivíduo forma hábitos, valores, atitudes e constrói as bases de sua personalidade. Qualquer ação psicopedagógica planejada para essa faixa etária tem que estar planejada para essa faixa tem que estar implantada em fortes bases afetivas, pois desabrochar da inteligência se faz envolvido em profundas emoções, todas frutos da convivência do aluno com seu educador.

Conclui-se que, o processo da educação infantil deve perpassar pela vida da criança, com vistas que é um momento único que possibilita seu desenvolvimento integral com diferentes experiências e vivências familiares, que são trabalhadas juntamente com a escola, além de adquirirem um grau de capacidade para expressar emoções e as capacidades em relação às potencialidades corporais, estéticas, afetivas, emocionais, buscando construir e descobrir seus limites, sua personalidade, contribuindo na formação das crianças para um futuro cidadão de direitos e deveres, evidenciando assim a importância da escola na formação das pessoas.

2.3 A Escola hoje e sua função social

A educação é difundida por toda a sociedade, os grupos pelos quais os homens se distribuem realizavam a transmissão cultural, enquanto o conteúdo cultural era relativamente escasso, não havia a necessidade de uma instituição especializada para passar os conhecimentos de geração em geração, tais grupos realizavam a educação assistemática, difusa ou informal, porém, com o decorrer dos tempos, os conhecimentos foram aumentando e tornando-se complexos. O resultado foi o surgimento das escolas, que têm por finalidade realizar de forma sistemática, concentrada, formal a educação.

A escola é uma instituição concebida para o ensino de alunos sob a direção de professores, no Brasil existe um sistema de educação obrigatório, onde os estudantes progridem através de séries, esses níveis de ensino se classificam como ensino fundamental e o ensino médio. Além destes, as crianças podem também frequentar as creches e pré-escolas, ou os centros de educação infantil.

A escola hoje se encontra no sistema educacional em seus vários níveis, seja na educação infantil, no ensino fundamental, médio e superior, tendo seus regulamentos para uma prática correta e de acordo com as demandas, as quais estão em mudanças constantemente, o que também modifica o processo educativo, já que buscam melhorias da qualidade e estão sempre alinhados com as necessidades e demandas locais presentes.

Freire (2001) afirma que:

> Escola é o lugar onde se faz amigos. Não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos. Escola é, sobretudo, feita de gente que trabalha, que estuda, que se alegra, se conhece, se estima. O diretor é gente, cada funcionário é gente. E a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão. Nada de ilha cercada de gente por todos os lados. Nada de conviver com as pessoas e descobrir que não tem amizades de ninguém, nada de ser como tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só. Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar, é também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, é se amarrar nela. Ora, é lógico numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer fazer amigos, educar-se e ser feliz.

Embora a principal função da escola seja fornecer dados cognitivos, instruir ou informar, tem importante papel também na formação das atitudes do educando, na sua personalidade, e na socialização com outros grupos da sociedade, através de experiências vividas com colegas e professores, é um lugar onde se desenvolve o espírito criador e a capacidade de cooperação, formando um cidadão que possa participar do processo político e da produção da sua sociedade.

Frigotto (1993, p. 16) pontua que: “A escola é uma instituição social que, mediante sua prática no campo do conhecimento, dos valores, atitudes e, mesmo por sua desqualificação, articula determinados interesses e desarticula outros”.

Cunha (1980) lembra que: “A educação é reconhecida como uma variável, política estratégica, capaz de intensificar o crescimento da renda, produzir a modernização ou construir uma sociedade justa”.

A função da escola é o desenvolver das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos que, deve acontecer de maneira contextualizada desenvolvendo nos discentes a capacidade de tornarem-se cidadãos participativos na sociedade em que vivem. Com o desafio de fazer do ambiente escolar um meio que favoreça o aprendizado, onde a escola deixe de ser apenas um ponto de encontro e passe a ser, além disso, encontro com o saber com descobertas de forma prazerosa e funcional.

Sendo assim, o desempenho da função social da escola resulta na formação dos sujeitos históricos, possibilitando a construção da socialização de conhecimentos vivos, acompanhando as transformações sociais e interagindo com os mesmo na sociedade, colocando-os como sujeitos de suas ações, escolhas, seres que possuem vontades, ideias e opiniões próprias.

É uma das portas abertas para a cidadania, socialização e reflexão, que proporciona profunda e lenta aprendizagem, emana da imaginação dos sujeitos coletivos, prepara para a participação de todos em uma sociedade inclusiva e segura. Liberta formando indivíduos críticos, para reproduzir e revolucionar. Então podemos concluir sobre o valor inestimável dessa instituição nos dias de hoje.

3 O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO INTERVENTIVA E SUA ATUAÇÃO JUNTO AS INSTITUIÇÕES ESCOLA E FAMÍLIA

A profissão Serviço Social foi regulamentada, no Brasil, pela Lei nº 3252, de 27 de agosto de 1957, e alterada pela Lei nº 8662, de 07 de junho de 1993, mas as primeiras escolas surgiram a partir de 1936. É uma profissão desafiada na contemporaneidade, pela divisão social que há, e pela dificuldade das pessoas no acesso ao trabalho e de obter meios de sobrevivência.

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso à terra para produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais. (Iamamoto)

A profissão tem como objeto de ação, as expressões da questão social como pobreza, violência, substancias psicoativas, falta de acesso a educação, desigualdade social, a exclusão

social, entre outras. O objetivo do Serviço Social é a garantia e efetivação dos direitos sociais, bem como proporcionar o processo de emancipação dos usuários e a transformação social.

Guerra (1998, p. 24) afirma que:

> O assistente social encontra-se inserido na divisão social e técnica do trabalho como profissional assalariado, que ocupa um espaço nas organizações públicas e privadas de prestação de serviços, espaço este limitado a manipulação de variáveis do contexto social no qual as ações profissionais se inserem, visando dar respostas que reduzem disfuncionalidades, estas, como sabemos, engendradas pelo antagonismo de interesses das classes sociais.

Existem vários espaços ocupacionais que os profissionais de Serviço Social podem atuar como assistência social, a educação, saúde, previdência social, habitação, e outras áreas que vem surgindo com o passar do tempo, por consequência das constantes modificações e o maior reconhecimento da profissão.

Com o reconhecimento e ampliação do campo de atuação do Assistente Social, se vem exigindo cada vez mais um profissional comprometido com sua ação, capacitado, que busca novos conhecimentos, atualizando-se constantemente, para melhor compreensão da realidade para intervir através de métodos, técnicas e instrumentos, que lhe possibilite uma visão de totalidade.

O Serviço Social é uma profissão que possui o seu Código de Ética Profissional, tendo como valor central a liberdade, o qual norteia os outros onze princípios, como a democracia, autonomia, equidade e justiça social, pluralismo, e outros.

O Código de Ética do/a Assistente Social (2011, p. 19) diz:

> Nestas décadas, o Serviço Social experimentou, no Brasil, um profundo processo de renovação. Na intercorrência de mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente.

A categoria profissional, após lutas que duraram décadas, conquistou-se o Projeto Ético Político do Serviço Social (PEPSS), que tem como base um comprometimento com a sociedade, contribuindo com a garantia e defesa dos direitos, da democracia e para o preparo do exercício da cidadania. O PEPSS é iluminado pelo Código de Ética do/a Assistente Social.

Guerra (2007, p. 50) pontua que:

> Um projeto profissional constitui-se como um guia para ação, posto que estabelece finalidade ou resultados ideais para o exercício profissional e as formas de concretizá-los. Seu âmbito é da sistematização em nível da consciência que se tem dos processos e práticas sociais, das finalidades propostas e dos meios para sua realização. Para tanto, faz-se necessária uma problematização crítica sobre as tendências e perspectivas teóricas, metodológicas, éticas, políticas e operativas existentes no interior da profissão.

Dessa forma, o Assistente Social passa ser reconhecido como um educador social, com formação teórica nas relações sociais. Rios (2005) descreve bem sobre este assunto:

> Um educador competente é um educador comprometido com a construção de uma sociedade justa, democrática, no qual saber e poder tenham equivalência enquanto elementos de interferência no real e organização, entre os homens. A ideia de poder, entretanto, é frequentemente associada apenas à de dominação, porque é assim que ele tem sido exercício, particularmente na sociedade brasileira hoje.

O Assistente Social com toda essa bagagem teórica adquirida desde seu surgimento e aperfeiçoada com as transformações ocorridas no decorrer dos anos, e, mais, com o avanço do sistema capitalista, revela-se um profissional que vem conquistando cada vez mais espaços para sua atuação, seja em instituições públicas ou privadas, em ONGs e nas políticas públicas.

O Assistente Social é um profissional qualificado de caráter sócio-político, crítico e interventivo, cujo objetivo de intervenção são as expressões multifacetadas da questão social,

com atuação investigativa, através de pesquisa e análise da realidade social, atuando na formulação, execução e avaliação de serviços, programas e políticas sociais visando à efetivação, defesa e ampliação dos direitos humanos e a justiça social.

Iamamoto(2009, p. 62) pontua que:

> O objeto de trabalho, aqui considerado, é a questão social. É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidades da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são a matéria prima ou o objeto do trabalho profissional.

O profissional atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, sua pratica é pautada na realidade social, sendo necessária a compreensão do cotidiano e uma consciência das lutas de classes, o que torna possível enxergar a sociedade como um todo. Na construção de mediações essa pratica perpassa pelos valores, comportamentos e atitudes dos usuários, na transformação da realidade social.

A fundação como especialização do trabalho do Serviço Social, se dá pela questão social, que segundo Iamamoto (2009):

> Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Os campos de atuação profissional são diversos, sendo organizações públicas e privadas, organizações não governamentais (ongs), administrações municipais, estaduais e federais, serviços de proteção judiciária, conselhos de direitos e de gestão, instâncias de defesa e de representação política e movimentos sociais.

Nesses espaços profissionais os (as) assistentes sociais atuam na sua formulação, planejamento e execução de políticas públicas, nas áreas de educação, saúde, previdência, assistência social, habitação, meio ambiente, entre outras, movidos pela perspectiva de defesa e ampliação dos direitos da população. Sua atuação ocorre ainda na esfera privada, principalmente no âmbito do repasse de serviços, benefícios e na organização de atividades vinculadas à produção, circulação e consumo de bens e serviços. Mas eles (as) também marcam presença em processos de organização e formação política de segmentos diferenciados de trabalhadores (CFESS, 15/05/2008).

O Serviço Social contemporâneo é algo dinâmico, com a perspectiva dialética, prevalecendo à intencionalidade, cujo profissional deve estar sempre informado para atuar nos problemas da sociedade, é interventivo em se tratando das suas estratégias, pois, para realizar um trabalho efetivo, é necessário desvendar a realidade, com o intuito de aproximar-se da verdade, acompanhando a sociedade mantendo a visão de totalidade.

Segundo Bosco (2000, apud CANDELARIA, 2002, p. 56) o assistente social:

> Trabalha no campo social, com expressões concretas das relações sociais no cotidiano de vida do colaborador, no que concerne às problemáticas da saúde, moradia, educação, relações familiares e de trabalho, idosos, crianças e adolescentes, buscando a melhoria da qualidade de vida.

A partir da intencionalidade, o profissional mobiliza, organiza, orienta e, valendo-se de suas habilidades e conhecimentos teóricos, traça uma metodologia que se refere ao modo de interpretar e se relacionar com a realidade social, realiza um estudo dos caminhos e instrumentais que utilizará para alcançar seus objetivos, estabelece relação entre o Serviço Social e o objeto da ação, ou seja, as expressões da questão social apresentadas, num processo de conhecimento e intervenção.

O Assistente Social busca garantir as necessidades básicas: saúde, alimentação, habitação, esporte, lazer e cultura, como direitos de cidadania. É considerada uma das profissões mais requisitadas para os próximos anos, pois trabalha com o ser humano em suas diversas expressões, individualmente, em grupos, comunidades ou organizações, desenvolvendo sua participação, autonomia, cidadania, emancipação e qualidade de vida,

tendo como objetivo a contribuição para a construção de uma ordem social, política e econômica menos desigual que a atual, sempre atuando com a teoria e a prática que se denomina práxis, participando da sua profissão agindo eticamente, sob a luz do código de ética profissional e com a o seu Projeto Ético Político.

Martinelli (2006, p.21) em seu texto "Reflexões sobre o Serviço Social e o Projeto Ético Político" comenta que:

> O código de ética profissional, a lei que regulamenta a profissão, as diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social são os alicerces fundantes do projeto ético político, razão pela qual devem ser de pleno conhecimento de cada assistente social, de cada acadêmico de Serviço Social.

Analisando o contexto do desenvolvimento do trabalho do Serviço Social, encontra-se a sua constante postura investigativa, pela forma de como se dá a devolutiva para o usuário, através de pesquisas, colocando o usuário como sujeito de sua história, além disso, considerando sempre nas intervenções as três dimensões essenciais do Serviço Social, as quais são o carro chefe para as ações, denominadas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

A dimensão teórico-metodológica é a base, a sustentação, ou seja, é o como fazer e como agir na prática. A segunda dimensão, é a ético-política, é o saber refletir, pensar, ter autonomia, ser um profissional atento, que caminha de acordo com o seu Código de Ética e o PEPSS, com consciência de toda legislação que os usuários irão precisar em atendimento, para alcançar seus direitos. A terceira e última dimensão é a técnico-operativa, caracterizada como um conjunto de habilidades e técnicas para desenvolver as ações profissionais, elaborar projetos, planos, movimentos, mudanças, contendo objetivos para cumprir.

Iamamoto (2009, p. 273) aborda o Serviço Social na perspectiva acima citada, afirmando:

> Sendo o Serviço Social uma profissão – e, como tal, dotado de uma dimensão prática-interventiva – supõe uma bagagem teórico-metodológica como recurso para a explicação da vida social, que

> permita vislumbrar possibilidades de interferência nos processos sociais. Para isso a apropriação do acervo teórica-metodológico legada pelas ciências sociais e humanas e pela teoria social crítica como pressuposto para iluminar a leitura da realidade, afigura-se como requisito indispensável, mais insuficiente.

Conclui-se que o Serviço Social é uma profissão interventiva, de modo que sua intervenção é um processo que perpassa por habilidades, técnicas e instrumentos para assim alcançar seus objetivos e efetivar os direitos sociais das pessoas, tendo como base o aprimoramento profissional, a atualização, a competência, acompanhamento das mudanças na sociedade, pois, conforme a sociedade se transforma, consequentemente, o Serviço Social muda suas estratégias de intervenção em relação às novas expressões da questão social.

Atualmente, a profissão vem realizando discussões e debates para aprovação da atuação do Assistente Social no âmbito da política educacional, visto que a educação é um direito social e o objetivo do Serviço Social é garantia e efetivação desses direitos.

O Projeto de Lei (PL 280/09) dispõem sobre a participação da Psicologia e do Serviço Social nas Escolas para uma Educação mais Humana. No texto "Assistente Social: um parceiro essencial para aprimorar a educação", Eliana Bolorino Canteiro Martins, (2011, p. 19) debate da seguinte forma:

> A inserção do Serviço Social no âmbito da política educacional no contexto contemporâneo parte do pressuposto de que nas últimas décadas, o processo de produção capitalista em seu estágio mais recente, sofreu profundas transformações, visando, em última instância, manter a hegemonia do capital. Estas mudanças no processo produtivo bem como nas relações de trabalho, vinculadas ao mote da 'flexibilização', provocaram alterações na esfera da educação e da cultura, visando atender um novo perfil de trabalhado e exigido pelo mundo do trabalho.

Completando Martins (2011, p.23) ainda diz que:

> O assistente social, portanto, como portador de arcabouço de conhecimentos teórico-metodológicos e ético-políticos e dada sua inserção no trabalho coletivo educacional, pode somar esforços com os educadores na luta para efetivar a educação como um direito social, incluindo principalmente aqueles que sofrem as mazelas provenientes das desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira.

Assim, o Assistente Social inserido na escola trabalha para o pleno desenvolvimento do indivíduo, atuando não somente com as crianças, mas também com as famílias na totalidade com um trabalho educativo, buscando superar as questões sociais impostas e emancipá-las.

Soares (2003, p. 53) conceitua família da seguinte forma:

> A família, primeiro espaço de convivência do ser humano é um ponto de referência fundamental para a criança pequena, onde se aprendem e se incorporam valores éticos, onde são vivenciadas experiências carregadas de significados afetivos, representações, juízos e expectativas.

Ressalta-se a importância da relação do Serviço Social com a realidade escolar e com as famílias, uma vez que estas são corresponsáveis na formação das crianças e adolescentes. O Serviço Social deve atuar na própria realidade escolar como também junto as famílias, que para tanto deverá conhecer, primeiramente, a história e alterações sofridas nesta instituição, para melhor entendimento de sua intervenção no cotidiano educacional, buscando a efetivação do direito à educação dos filhos e das famílias, assunto abordado a seguir.

3.1 A família contemporânea e sua função de proteção aos tutelados e o papel do Serviço Social junto a educação infantil

Família no dicionário Aurélio (1986) Pessoas aparentadas, que vivem em geral na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e o filho.

A família não é mais vista como organizada por normas que seguem um padrão, hoje ela é fruto de acordos e negociações individuais e interindividuais entre seus membros, nesse sentido a duração das relações depende da duração desses acordos. Essas mudanças ocorreram principalmente por causa da emancipação feminina e sua inclusão no mercado de trabalho, nas uniões duráveis sem casamento, significando a redução do número de filhos, maior número de mulheres solteiras que se tornam mães e o aumento de separações.

Dessa forma essas transformações levaram a uma reformulação do conceito de família na própria constituição brasileira, onde em 1934 dizia que: "A família é constituída pelo casamento indissolúvel, sob proteção especial do Estado" (art. 175). Tal artigo foi modificado pela Constituição Federal de 1988, pois, já havia se tornado incompatível com a realidade da sociedade, o que representou um marco no conceito de família, e um grande avanço, uma vez que hoje, muitas delas não contraem a união formal, daí a necessidade de garantir os direitos advindos de uniões não formalizadas.

Apesar de grande parcela da população, contrair apenas a união consensual, ainda é idealizado e considerado como correto pela sociedade, um modelo de família perfeita, um núcleo com pai, mãe e filhos, no entanto a mídia cumprindo seu papel de formadora de opiniões vem divulgando e mostrando como normalidade diferentes formas de se constituírem famílias felizes, vivendo harmoniosamente, demonstrando que é possível novos arranjos sem abalos a maioria dos brasileiros.

Então, mediante as várias formas de se formarem família, que também são os chamados desenhos familiares, dentre eles se tem a família nuclear simples que é constituída de pai, mãe e filho (os), a mononuclear que se resume em um casal sem filhos, monoparental feminina/masculina simples que se constitui de uma mulher ou homem com filhos e sem companheiros coabitando, a família nuclear extensa que diz respeito ao casal com seus filhos e também com agregados adultos, homo afetiva masculina ou feminina, duas pessoas do mesmo gênero convivendo juntos, família reconstituídas entre outras.

Vale ressaltar que hoje em dia se pode observar muitas famílias, cujos avós cuidam de seus netos menores de idade, são as denominadas famílias nuclear com avós, existe também a família nuclear reconstituída que é formada por um casal onde ambos tiveram uma união

anterior, a família nuclear com criança agregada é o casal com seus filhos biológicos e com crianças que não são seus filhos coabitando.

Na sociedade contemporânea se formam famílias que são organizadas em torno da figura feminina ou masculina que não tem companheiro coabitando seus filhos e crianças agregadas às chamadas monoparental com criança agregada, a monoparental feminina extensa que se organiza ao redor de uma figura feminina denominada mãe sem companheiro residindo junto e com agregados maiores de 18 anos de idade, assim como a monoparental masculina extensa.

No contexto atual, a mulher vem assumindo cada vez mais uma posição de independência e emancipação, principalmente econômica, pelo preparo que adquire e sua inserção no mercado de trabalho que lhe confere maior autoridade e responsabilidade frente à família, compartilhando essa posição com o homem ou superando-o.

Portanto, a família contemporânea deixa de ser aquela família constituída apenas por casamento formal, expressando e diversificando-se nas diversas formas de casamento, podendo ser no civil ou religioso, uma união estável, grupos formados pela união de pessoas do mesmo gênero, ou por qualquer um dos pais ou mães solteiras juntos com seus filhos, sobrinhos ou netos, revelando novos modelos de arranjos familiares, tendo como base a relação de afetividade. (KALOUSTIAN, 2002)

Vitale (1994) discorre sobre as transformações ocorridas no núcleo familiar:

> (...) algumas dessas mudanças são facilmente reconhecidas, outras se dão de forma não imediatamente perceptível. O aumento da expectativa de vida (...) tende a redefinir novos equilíbrios nas relações intergeracionais. (...) A mudança central da inserção da mulher no mercado de trabalho, do controle da natalidade gestam novos papéis masculinos e femininos, novos laços conjugais e novos arranjos familiares (...) as mudanças penetram as relações familiares e implicam em ganhos e custos emocionais e sociais.

Para Kaloustian (2002) a família é: “O lugar indispensável para garantia de sobrevivência e de proteção integral dos filhos e demais membros”.

Mediante esse conceito pode-se detectar a função da família na forma de proteção, possuindo o papel decisivo na educação dos filhos, estabelecendo limites e regras, transmitindo valores culturais e morais, sentimentos, como também costumes e crenças.

Shinyashiki (1992, p. 21) considera que:

> É na família que se forma os futuros empreendedores e também os acomodados. É na família que se formam os cooperativos e também os egoístas. Se você realmente quiser mudar o país, comece mudando a sua família. Se quiser realmente mudar sua família, mude sua forma de ser e agir. Educar um filho hoje é mais complexo do que há dez anos atrás. Portanto, todos nós temos de refletir sobre maneira de compartilhar a vida com nossos filhos. Revistas e livros nos ensinam a criar o encantamento de nosso cliente, mas o que realmente cria a nossa felicidade é saber encantar os nossos filhos.

Na vida e na educação das crianças a família é responsável em oferecer suporte emocional, propiciando um ambiente saudável e equilibrado.

Romão (2004) pontua que:

> Educar ainda é a principal tarefa dos pais e da família, muito embora as crianças permaneçam a maior parte do tempo na escola, em atividades extracurriculares. A rotina de cuidar com limites, são as regras que vão dar uma forma, uma ordem, uma organização, tanto na vida cotidiana, quanto na psique da criança e ela vai crescendo com uma maior segurança, para lidar com as questões afetivas e emocionais, com os relacionamentos, os relacionamentos familiares, e no mundo externo também.

Com o rápido desenvolvimento da sociedade, as famílias se deparam com facilidades e dificuldades caracterizadas pelo enfrentamento da questão social e por ser a instância responsável pela sobrevivência de seus componentes, além de uma instituição responsável em

transmitir valores, identidade, proporcionando um lugar de pertencimento e, que muitas hoje, não conseguem desenvolver suas funções em relação à proteção de seus filhos, pois não se adéquam as exigências do mundo capitalista.

Baptista (2000) aborda tal questão como:

> O empobrecimento da família impõe mudanças significativas na organização familiar, criando novos desafios e dificuldades para o exercício de suas funções primordiais de proteção, de pertencimento, de construção de afetos, de educação, de socialização. Frequentemente, estas funções estão enraizadas na sua cultura, principalmente nas mães de família, que as receberam por um processo de qualificação informal e contínuo, no qual as representações e as práticas vão se construindo naturalmente.

As instituições de educação infantil propiciam ações complementares às da família e contribui para a construção da identidade, autonomia e cidadania da criança, em um espaço sócio educacional, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento em todos os aspectos, como o afetivo, moral, intelectual e o físico, proporcionando-lhes proteção, segurança, alimentação, cultura, saúde e lazer, assim a criança começa a perceber sobre as diversidades sociais, culturais, econômicas, entre outras, aprendendo também, a respeitar cada indivíduo e a construir conhecimento sobre si e sobre o mundo. Assim, a criança passa a modificar o ambiente em que vive.

Tiba (2002, p.181) conclui que relação entre escola e família na educação das crianças que:

> A escola sozinha não é responsável pela formação da personalidade, mas tem papel complementar ao da família. Por mais que a escola infantil propicie um clima familiar à criança, ainda assim é apenas uma escola. Juntos, pais e escolas podem combinar os critérios educativos levando em conta as duas mães, a do coração (afeto e sentimento) e a da cabeça (razão, pensamento), dos três personagens mais importantes da educação da criança: mãe, pai e escola.

Ora, então se entende que a família é de suma importância para a criança, e como já apontada às transformações ocorridas no decorrer dos anos, por consequência do avanço do capitalismo, a sociedade em geral modificou seu sistema, possibilitando o surgimento das expressões da questão social, em decorrência das desigualdades sociais, pois este sistema apenas privilegia as pessoas que possui algo e os trabalhadores assalariados ou pessoas em situações de vulnerabilidade, ficam cada vez mais invisíveis perante a sociedade.

Isto faz com que as famílias deixem algumas de suas responsabilidades, consideradas primordiais de lado, para buscar melhores condições e qualidade de vida no mercado de trabalho, fazendo com que as mulheres, para ajudar na renda mensal, deixem de lado seu papel primordial de proteção e educação de seus filhos, transferindo-o para instituição escola.

Esse impasse prejudicou a educação, como também acelerou a elaboração de políticas e leis que asseguram o direito a todos à educação, regulamentando-o, pois, com as famílias inseridas nos meios de produção, vendendo sua força de trabalho, a educação de seus filhos, passam para segundo plano, pois repassam tal compromisso para a escola de educação infantil, creches, pré-escolas ou escolas de educação infantil, seja ela pública ou privada, delegando seus deveres de educação e cuidados necessários para a escola, esquecendo-se ou não tendo tempo de participarem da vida cotidiana escolar dos filhos e de acompanharem seu desenvolvimento em vários aspectos.

Analisando este contexto, nota-se o enfraquecimento de vínculos familiares, principalmente, em relação às crianças, uma vez que passam a maior parte de seu convívio na escola com os educadores e a pouca parte do tempo com o cansaço de seus pais, gerando uma relação mecânica, sem afinidades, sem diálogo, não havendo nenhuma participação na vida do outro.

Apontou-se que houve grandes avanços na educação brasileira com a Constituição Federal de 88, passando a educação ser um direito social, destaca-se a educação infantil quando ganha relevância após a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), passa a ser reconhecida como a primeira etapa da educação básica.

Nessa perspectiva, visando que o Serviço Social procura responder as demandas da população, com o objetivo de garantir e efetivar os direitos sociais e que, a política da educação, bem como as demais políticas, é uma área de estratégia de atuação do Estado, sendo assim, torna-se um espaço de lutas sociais e correlações de forças que disputam por melhorias

e por conquistas de projetos, programas, bens e serviços dentre outros, evidenciando a necessidade da inserção nesta relação o profissional de Serviço Social.

Tal inserção se dá junto às diferentes políticas sociais e a política da educação é uma delas. Na Educação Infantil, poderá atuar junto a uma equipe multidisciplinar, não somente com base na política educacional, mas também com a família do educando, trabalhando com as diferentes expressões da questão social expressadas pelas famílias, efetivando e ampliando direitos sociais das crianças.

Iamamotto (2008, p. 20) cita que:

> O Serviço Social por ser uma profissão, que tem como objeto de intervenção as expressões multifacetadas da questão social, que atua no conjunto das desigualdades que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho, isto é, das ciências humanas e sociais para análise e intervenção nas diversas refrações da questão social, deverá cada vez mais ser capaz de decifrar esta realidade para poder intervir e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano.

O Serviço Social é fundamental para o bem estar das crianças, trabalhando juntamente com a equipe interdisciplinar e família, desempenhará um papel educativo, possibilitando a autonomia de seus sujeitos na busca da efetivação da garantia de seus direitos e melhoria na qualidade de vida, quando aproxima e oportuniza a participação dos pais no desenvolvimento do educando, desvelando e intervindo junto às expressões da questão social dentro de cada família, através de projetos específicos.

Agindo assim o profissional coloca o usuário como sujeito de sua história, com vistas à emancipação e a transformação social da realidade, apontando a escola como um complemento para a educação que tem a base no ambiente familiar.

Bressan (2001, p. 7) sobre esta questão pontua:

> A inserção do profissional de Serviço Social neste campo de atuação nos impõe, portanto, uma tarefa/desafio, que é o de construir uma

> intervenção qualificada enquanto profissional da educação, que tem com um dos Princípios Fundamentais de seu Código de Ética Profissional o 'posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática'. O que significa que precisamos empreender uma construção coletiva (enquanto categoria profissional), que será caracterizada por caminhos e experiências diferenciadas, mas com o mesmo propósito.

Então, observa-se que o trabalho do assistente social junto a educação, como também em outras áreas, é um grande desafio para enfrenta-lo Paulo freire (1982, p. 41) coloca que:

> Daí a necessidades que tem o trabalhador social de conhecer a realidade em que atua o sistema de forças que enfrenta para conhecer também o seu "viável histórico". Em outras palavras, para conhecer o que pode ser feito, em um momento dado, pois que se faz o que se pode e não o que se gostaria de fazer.

O Serviço Social por ser uma profissão, que tem como objeto de intervenção as expressões multifacetadas da questão social, que atua no conjunto das desigualdades, cujas origens estão no antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho (...), é que o profissional de Serviço Social deverá cada vez mais ser capaz de decifrar esta realidade para poder intervir e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano como cita Iamamotto (2008, p. 20).

Bressan (2001, p. 12) complementa que:

> O Serviço Social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças

> e adolescentes, o que refletirá na melhoria das suas condições de enfrentamento da vida escolar (...) o assistente social tem, entre outras, a atribuição de analisar e diagnosticar as causas dos problemas sociais detectados em relação aos alunos, objetivando saná-los ou atenuá-los.

Bressan(2001, p. 15)ainda completa dizendo:

> Nessa instancia, o Serviço Social poderá trabalhar diretamente com as organizações existentes, tais como programas sociais de apoio às famílias, programas de educação complementar e Conselhos Tutelares, conforme indicado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na área da educação os profissionais de Serviço Social irão potencializar as pessoas e famílias, trabalhando com o valor do afeto na vida da criança, incentivando-os a participarem do desenvolvimento da criança, desde seu início, em todos os aspectos, partindo da compreensão da realidade, do contexto histórico e da dinâmica familiar, fazendo com que os mesmo entendam que a escola é participativa, uma complementação da educação transmitida pelos pais, com objetivo de uma articulação entre família e escola, pois escola e família são faces da mesma moeda e, se tomadas isoladamente, fornecem uma visão distorcida da realidade.

Rocha (1997, p.26) faz referência a tal assunto:

> O profissional de Serviço Social pode contribuir, em muito, na mediação nas relações estabelecidas entre família e creche, nem sempre tão amistosa, assegurando a competência da família, principalmente na formação e educação do filho.

Regen (1998, p. 13) disserta sobre as funções que os assistentes sociais podem executar, colocando:

> O assistente social é responsável pela área de Recursos Humanos, representa a Entidade em reuniões dos Órgãos Públicos com quem são mantidos Convênios, faz as entrevistas iniciais, marcando as triagens. Preenche ainda, as fichas de Matricula dos casos aceitos e encaminham os outros, dando orientação às famílias.

Portanto, o Serviço Social é uma profissão primordial nos tempos atuais, já que o mundo se tornou mecânico após as mudanças, e sua atuação se baseia em conscientizar as famílias de que o seu papel é proteger, participar da vida cotidiana dos mesmos, dialogar e respeitar, estimulando os vínculos e sua inserção na sociedade, como também a aproximação da família X escola e vice-versa.

4 METODOLOGIA DO ESTUDO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esse item tem início com apresentação do processo de elaboração da pesquisa realizada com as famílias das crianças inseridas no Centro de Educação Infantil Santo Antonio – CEISA, abordando a metodologia utilizada, a tipologia da pesquisa, os instrumentais utilizados para a coleta de dados, o universo da pesquisa, a amostragem, como também a aplicação do pré-teste, passos estes, importantes para alcançar o objetivo do estudo.

Em seguida apresenta-se a análise dos resultados da pesquisa à luz dos dados que foram coletados, tendo como pano de fundo o tema abordado, cuja análise se deu do geral para o particular, a fim de evidenciar com maior eficácia, a importância do Serviço Social na escola de Educação Infantil CEISA.

4.1 Metodologia do estudo

O presente estudo tem por objetivo evidenciar a importância do Serviço Social numa escola de Educação Infantil, tendo como base o Centro de Educação Infantil Santo Antonio-

CEISA, sendo esta, uma instituição privada, sem fins lucrativos a qual foi criada pela empresa Plasútil em Bauru/ SP, como forma de responsabilidade social, cuja prioridade é atender as famílias pobres, residentes na região de entorno da empresa (85% das vagas) e funcionários (15 % das vagas).

Considerando que a metodologia um conjunto de técnicas de pesquisa cientifica, de caminhos que buscam os resultados do que se deseja alcançar, ou seja, é o momento investigativo e criativo que busca elaborar procedimentos e métodos, como: a tipologia de pesquisa, os instrumentais de coleta de dados, o universo, a amostragem e o pré-teste, a fim de se conhecer a realidade apresentada pelo objeto de estudo.

Segundo Minayo (1999) a metodologia é entendida como o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Inclui concepções teóricas e o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão dessa realidade, além do potencial criativo do pesquisador.

Com o auxílio da metodologia, após se conhecer a realidade, na qual se aplicou a pesquisa, foi traçado métodos para alcançar os objetivos, sendo a pesquisa desenvolvida por etapas.

A escolha do tema deu-se pela identificação das pesquisadoras, pois, queriam compreender a importância e o trabalho desenvolvido pelo assistente social na área da educação infantil, instigado até pela própria a atuação do Serviço Social no Centro de Educação Infantil Santo Antônio- CEISA, onde uma das pesquisadoras realiza o estágio obrigatório, em cumprimento as exigências do Curso de Serviço Social.

Analisando o contexto, surge o questionamento: “qual a importância do Serviço Social na escola de Educação Infantil”.

A hipótese sugerida para tal problema é que o Serviço Social é fundamental para o bem estar das crianças, juntamente, com uma equipe interdisciplinar, pois desempenha um papel educativo, buscando a efetivação da garantia dos direitos da criança e da família e melhoria na qualidade de vida, aproximando e oportunizando a participação dos pais no desenvolvimento do educando, articulando as expressões da questão social dentro de cada família, através dos projetos específicos pela própria instituição. O profissional coloca o usuário como sujeito de sua história, visando a emancipação e a transformação social da sua realidade, transmitindo informações, apontando a escola como um complemento para a educação que tem a base na ambiente família.

A pesquisa tem como objetivo geral: evidenciar a importância do Serviço Social numa escola de Educação Infantil. Os objetivos específicos são: Revelar a concepção das famílias sobre o Serviço Social da escola; identificar o papel do Assistente Social junto à escola infantil; apontar a importância do Serviço Social na escola.

A abordagem do estudo é a qualitativa, em nível exploratório, com a intencionalidade de buscar dados que comprove através da subjetividade dos usuários, a importância do Assistente Social como profissional, no âmbito da educação infantil, levando em consideração a aproximação com o usuário. Trata-se de uma tipologia de estudo, que proporciona maior conhecimento da realidade. Os instrumentais para a coleta de dados foram: a observação sistemática, tendo por objetivo a descrição precisa da realidade, com base nos instrumentais apropriados e planejados; a entrevista focalizada por um formulário, contendo cinco perguntas abertas, cuja aplicação foi dividida entre as pesquisadoras Caroline Cristina Vieira (1) e Thamy Gaiani Negrão(2).

Benjamim (1991, p. 89) pontua a diferença e as vantagens entre perguntas abertas e fechadas:

> [...] A pergunta aberta é ampla, a fechada é restrita. A pergunta aberta permite ao entrevistado amplas possibilidades; a pergunta fechada o limita a uma resposta especifica. A pergunta aberta o convida a alargar seu campo perceptivo; a pergunta fechada o restringe. A pergunta aberta é um convite às suas concepções, opiniões, pensamentos e sentimentos; a pergunta fechada exige apenas fatos objetivos.

O universo da pesquisa é caracterizado pelos familiares dos oitenta e sete alunos, com idade de onze meses a cinco anos e onze meses, que recebem os serviços da instituição (CEISA), filhos de moradores de bairros próximos e de funcionários da Plasútil.

A amostragem da pesquisa é probabilística casual simples, devido os participantes a serem escolhidos por acaso ou aleatoriamente, garantindo que cada membro tivesse a mesma probabilidade de ser incluído na amostragem, assim se constitui em 25% do universo, o que representa vinte e um membros da família com os filhos inseridos no CEISA.

O pré-teste foi aplicado no mês de agosto do ano de dois mil e treze, com quatro famílias, verificando a validade dos resultados e a viabilidade dos instrumentos escolhidos para a pesquisa, não havendo necessidade de alteração.

A pesquisa foi aplicada no próprio campo de estudo, o CEISA, na sala de reunião, o horário escolhido foi às dezesseis horas e trinta minutos, pois nesse horário os pais e/ou responsáveis estão aguardando o término da aula de seus filhos, assim, foi solicitado aos mesmos, sem agendamento prévio, para responder o formulário, com o intuito de colaborar com o Trabalho de Conclusão das pesquisadoras e identificar o grau de conhecimento sobre o assunto, valendo-se também como um instrumento de avaliação para o espaço ocupacional do Assistente Social no CEISA, bem como seu trabalho. A duração das entrevistas foi de, aproximadamente, vinte minutos cada.

De acordo com Benjamim (1991, p. 34):

> Um bom relacionamento inicial pode ser construído se ambas as partes aceitarem essa inevitabilidade. Enquanto trabalham juntos, podem descobrir muito um do outro, e criar uma atmosfera adequada de modo que, preenchido o formulário, a entrevista prossiga sem arestas.

Explicados os objetivos e a liberdade de participação, foi realizada a entrevista, cujos sujeitos apresentaram dificuldades em responder algumas questões, alguns decorrentes do receio em participar de tal momento, outros por não ter um conhecimento maior sobre o tema, sentiam-se reprimidos.

Benjamim (1991, p. 42) conceitua que: “Cooperar com o entrevistado significa escutar e responder aquilo que ele está dizendo e sentindo. Significa capacitá-lo a se expressar completamente. Significa segui-lo, ao invés de pedir-lhe que nos siga”.

Na aplicação da pesquisa por parte das pesquisadoras, houve dificuldade na questão do horário, pois a pesquisadora dois realiza estágio obrigatório na Central de Atenção ao Egresso e Família (CAEF), em cumprimento das exigências do Curso de Serviço Social, desta forma, se fez necessário à autorização do campo de estágio, permitindo a troca do horário da estagiaria por cinco dias para a coleta dos dados.

Após aplicação da pesquisa os dados foram tratados em dois eixos, para facilitar sua análise, se dispondo da seguinte maneira: A concepção das famílias sobre o Serviço Social na

escola e O papel e a importância do Serviço Social na escola CEISA, os quais se apresentam a seguir.

4.2 Resultados e análise da pesquisa

Compreende-se que qualquer profissão existente só será consolidada através da necessidade de intervenção do profissional em determinado campo, ou seja, a legitimidade se fará através da solicitação da sociedade por certa atividade e, que o Serviço Social tem como objetivo intervir diante das expressões da questão social, na sociedade brasileira contemporânea, logo, acredita-se ser uma profissão de extrema relevância também na área da educação.

A educação por sua vez, enquanto produto da comunicação entre os seres humanos remete essa atividade peculiar ao cotidiano, assim Freire (1987, p. 68) considera: "Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo". Ora, se os homens se educam mediatizados pelo mundo, analisa-se aqui o significado do Serviço Social, seu papel e importância na educação infantil.

4.2.1 A concepção das famílias sobre o Serviço Social na escola

O Serviço Social desde sua criação passou-se por várias transformações, transformações estas significativas, que causaram impactos para a imagem da profissão hoje, devido ao vínculo de seu surgimento, juntamente com a igreja católica, sendo consideradas assistentes sociais aquelas pessoas que faziam caridade, distribuindo cestas básicas, uma pessoa boazinha, com o intuito de ajudar o próximo em situações vulnerabilidade ou risco social, uma profissão vista como assistencialista e filantrópica.

Após anos de seu surgimento, houve o rompimento do conservadorismo e a partir do movimento de reconceituação, o Serviço Social tornou-se uma pratica profissional, um profissional comprometido com a realidade em que atua, articulando com as relações sociais,

buscando a efetivação dos direitos de seus usuários, bem como sua emancipação, autonomia, caminhando de acordo com o Código de Ética da categoria e seu Projeto Profissional.

Houve grandes avanços durante esses anos todos na operacionalização da prática profissional do Serviço Social na contemporaneidade, foram criados novos espaços ocupacionais para a sua atuação, são diversas as áreas que estão surgindo de acordo com a necessidade que a realidade apresenta, inclusive o cenário deste estudo é uma delas.

Em tempos atuais, o Serviço Social escolar vem ganhando espaço no dia-a-dia, no cotidiano das pessoas, famílias, instituições de cunho privado e/ou público, como também em debates, com vistas que já foi criado um Projeto de Lei, para que o Serviço Social juntamente com a Psicologia se tornem profissionais exigidos por lei, para fazerem parte do âmbito escolar.

Percebe-se que a educação vem sendo o alvo no momento, com tantas mudanças, a diversidade de profissionais para atuarem nesta área é uma delas, inclusive o Serviço Social faz parte desta ampliação do mercado de trabalho.

O Serviço Social escolar é uma profissão interventiva, que procura articular na relação família e escola, desenvolvendo ações educativas, em torno de interesses comuns, sendo que a aproximação da família com a educação de seus filhos, é uma delas, que contribuirá com o desenvolvimento e comprometimento com a efetivação dos direitos básicos das crianças e famílias.

O exercício profissional do assistente social no âmbito escolar contribui para um bom relacionamento familiar e social, trabalha com as expressões da questão social, é um profissional capacitado e qualificado, que busca intervir na realidade do seu público alvo, de acordo com suas necessidades sociais.

Martinelli (2006, p. 18) pontua que:

> Profissionalmente, como assistentes sociais, somos colocados muito próximos daquilo que é essencial na nossa vida, que é a possibilidade de construção coletiva e da intervenção no próprio tecido social. Somos profissionais que chegamos o mais próximo possível da vida cotidiana das pessoas com as quais trabalhamos. Poucas profissões conseguem chegar tão perto destes limites como nós. É, por tanto, uma profissão que nos dá uma dimensão de realidade muito grande e que

> nos abre a possibilidade de construir e reconstruir identidades, a da profissão e a nossa em um movimento contínuo.

A realização do trabalho do assistente social envolve uma equipe interdisciplinar, parcerias com outros órgãos, desenvolvem projetos sociais, visando a demanda que se apresenta, concretizando seu trabalho em rede e articulando com outros órgãos como a saúde, assistência social, Conselhos Tutelares, Vara da Infância e Juventude, entre outras.

Ao abordar a questão do Serviço Social no CEISA com os sujeitos, percebe-se que a maioria conhece o trabalho em outros campos, como hospitais, na assistência social, em programas e serviços com maior clareza, mas na educação, muitos ainda possuem certo receio em expressar o que entendem em relação da atuação do profissional de Serviço Social, na escola de educação infantil, colocando que:

> *O Serviço Social para mim é importante, porque nos ajuda principalmente na questão dos nossos filhos.* **(Sujeito 1, 37 anos, gênero feminino)**
>
> *O Serviço Social é um trabalho em conjunto onde é realizado atividades, como brincadeiras e aprendizagem.* **(Sujeito 2, 34 anos, gênero masculino)**
>
> *O Serviço Social é ajudar os pais em relação aos filhos, famílias em qualquer necessidade estarem sempre se relacionando com o Serviço Social.* **(Sujeito 3, 22 anos, gênero feminino)**
>
> *O Serviço Social busca interação entre pais, alunos e funcionários, procurando a solução de problemas entre partes.* **(Sujeito 4, 27 anos, gênero masculino)**

A profissão de Serviço Social, independente do espaço ocupacional, na maioria das vezes ainda é vista como ajuda, profissionais que ajudam, faz caridade às pessoas que se

encontram em situações de vulnerabilidade ou risco social, buscando a efetivação dos direitos sociais e dos mínimos necessários para a sobrevivência.

As famílias dos alunos inseridos no CEISA possuem conhecimento sobre a profissão, reconhecem sua atuação neste espaço, porém, na cultura deles conseguem visualizar o trabalho do Assistente Social como forma de ajuda, talvez por não dominarem uma linguagem técnica da realidade.

Apesar de definirem ainda como uma prática de ajuda a compreendem como profissão que proporciona um trabalho social, no qual envolve pessoas, desenvolvendo suas potencialidades, autonomia, emancipação, compartilhando informações, experiências, mantendo um tratamento humano e igualitário.

Ressalta-se que, os sujeitos acreditam que o Assistente Social é um profissional qualificado, competente e com grande responsabilidade em suas ações, torna-se importante para o dia-a-dia, em especial, no contexto escolar, já que complementam as outras, ou seja, sua ação necessita das ações dos outros profissionais e da compreensão de seus usuários para serem classificadas como eficiente e eficaz.

4.2.2 O papel e a importância do Serviço Social na escola CEISA

O Assistente Social do Centro de Educação Infantil Santo Antonio-CEISA elabora um papel significativo, atuando como mediador na relação família – escola – educadores, proporcionando maior desenvolvimento dos mesmos, além de resgatar os vínculos familiares, buscando intervir na realidade concreta dos usuários, com qualidade, num processo de interação com os mesmos visando à transformação social.

De acordo com uma visão Dialética Marxista, o Serviço Social da instituição desenvolve um trabalho improdutivo, por não gerar mais valia. Seu objeto de trabalho são as expressões da questão social, com o objetivo de efetivação dos direitos sociais, possibilitando às famílias a emancipação e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e/ou risco social, oportunizando condições ao desenvolvimento e fortalecimento dos vínculos familiares, otimizando a motivação da equipe e de um clima organizacional favorável ao desenvolvimento das atividades laborativas.

O Serviço Social também efetiva o processo de administração e coordenação da Instituição, otimizando a formação de um sistema de “Gestão Participativa”, buscando

efetivar além do acesso aos direitos sociais, o suprimento das necessidades/expectativas da população usuária, mediante as possibilidades institucionais e legais, sensibilizando e firmando novas parcerias junto á comunidade e aos serviços da rede socioassistencial de Bauru, visando à efetivação do– Projeto Ético Político do Serviço Social (PEPSS).

A função do Assistente Social do CEISA, segundo os relatos dos sujeitos abrangem várias áreas, estratégias e técnicas para alcançar os objetivos e resultados de suas ações. Quando questionados qual é o papel do Serviço Social relatam:

> *O Serviço Social faz reunião com os professores, educadores e com os pais, sobre as crianças.* (Sujeito 1, 32 anos, gênero feminino)
>
> *O Serviço Social no CEISA faz atendimento, pois faz parte da educação das crianças.* (Sujeito 2, 22 anos, gênero feminino)
>
> *O Serviço Social no CEISA procura ter um maior convívio com os familiares dos alunos, tentando buscar uma situação melhor para todos.* (Sujeito 3, 27 anos, gênero masculino)
>
> *O Serviço Social ajuda a crescer a escola, evoluindo e acrescentando mais coisas para melhorar o atendimento da escola.* (Sujeito 4, 21 anos, gênero feminino)
>
> *Atende aos pais e familiares, auxilia-nos projetos sociais e inclusão de forma geral na sociedade.* (Sujeito 21, 38 anos, gênero feminino)

Já como oconheceram afirmam:

> *Eu conheci a profissão através de amigos e vizinhos.* **(sujeito 1, 32 anos, gênero feminino)**
>
> *Tive o conhecimento através da realização da matricula do meu filho*

(Sujeito 2, 22 anos, gênero feminino)

Meu conhecimento com o Serviço Social foi desde o primeiro dia da escola CEISA. (Sujeito 4, 21 anos, gênero feminino)

Conheci o Serviço Social desde que comecei a frequentar a escola.
(Sujeito 21, 38 anos, gênero feminino)

Os relatos demonstram uma devolutiva da prática do Assistente Social, nesta realidade, pois, se fez conhecido através de sua prática nesta realidade, demonstrando um feedback ou uma de suas ferramentas e instrumentos de avaliação dos trabalhos realizados com os usuários, destaca-se que os usuários participam do cotidiano da escola, principalmente, do trabalho do Serviço Social nesse meio, pois a profissão serve de ponte para a aproximação da família com a escola, trazendo-os como primordiais para a educação da criança, e a escola uma complementação dessa educação, fortalecendo os vínculos familiares, os laços afetivos, com a preocupação de abranger a importância da união da família em suas decisões e do diálogo entre ambos.

A escola conta com uma equipe que trabalha em conjunto no processo de educação, pois todos os profissionais são considerados educadores, dessa forma, a escola desenvolve vários projetos, dentre eles alguns fazem parte o Serviço Social da instituição são eles: Projeto Quebra Cabeça, Projeto Canguru, Projeto Coleguinhas do CEISA e por fim Projeto Longe de Nós.

O Projeto Quebra cabeça tem como objetivo possibilitar profissional e pessoal com base na formação de á equipe um processo dinâmico em permanente construção sociedades sustentáveis e equitativas, bem como otimizar clima organizacional favorável as relações de parceria e cooperação.

O Projeto Canguru, que tem por objetivo otimizar a relação família x escola, bem como ampliar o conhecimento das famílias acerca do desenvolvimento do educando como sujeitos do processo, através de uma troca de experiência entre escola e família e garantir a efetivação dos direitos do educando bem como de sua família, facilitando o processo de educação e convivência familiar.

O Projeto Coleguinhas do CEISA tem por objetivo propiciar integração dos funcionários da PLASÚTIL com o CEISA, viabilizando uma aproximação destes com a escola e possibilitando às crianças um processo de desenvolvimento saudável através da interação com grupo.

O Projeto Longe de Nós tem como objetivo apresentar as crianças do Infantil I e II a necessidade da prevenção do uso de drogas e seus malefícios, através de atividades lúdicas realizadas mensalmente.

Percebe-se pelos projetos a forte ligação com o Serviço Social, uma vez que tem como objetivo prevenir expressões da questão social, que possam vir prejudicar o desenvolvimento dos futuros jovens do país.

Diante desse papel do Serviço Social no CEISA e as ações desenvolvidas, se questiona se existe o reconhecimento do profissional neste espaço e relatam:

> *Sim, porque a escola conta com a presença do profissional.* **(Sujeito 1, 31 anos, gênero masculino)**
>
> *Sim. Para mim o Serviço Social é muito importante, principalmente, porque com Serviço Social resolvemos muitas questões que não podemos resolver sozinhos.* **(Sujeito 2, 37 anos, gênero feminino)**
>
> *Sim, pela maioria ser de renda baixa e muito carente de informações básicas e saúde.* **(Sujeito 3, 37 anos, gênero masculino)**
>
> *Sim, porque as pessoas sempre falam da profissão aqui na escola, as educadoras ao detectarem um problema com o aluno ou família já passam a questão para a Assistente Social, ou até mesmo indicam para que a gente procure-a.* **(Sujeito 4, 21 anos, gênero feminino)**

Nota-se que existe uma ligação entre reconhecimento e a importância que o Serviço Social possui na instituição para com os usuários, pois os mesmos relatam o reconhecimento da profissão pela importância de seu trabalho na escola, tendo como foco o papel

desenvolvido com ambos, família e escola, logo, para haver reconhecimento é necessário que se tenha significância nas ações que desenvolve.

Quanto a importância que esse profissional possui para a instituição, expõem:

> *O Serviço Social é importante porque ajuda as pessoas a se relacionarem com as outras e fala sobre a importância que tem a família.* (sujeito 1, 23 anos, gênero feminino)
>
> *É importante porque muitas coisas que são oferecidas aqui no CEISA não são oferecidas em outras escolas.* (Sujeito 2, 30 anos, gênero feminino)
>
> *Porque através do Serviço Social conhecemos os nossos direitos e colocamos em questões as nossas dúvidas.* (Sujeito 3, 37 anos, gênero feminino)
>
> *É importante para escola porque é através do Serviço Social que há conscientização do que pode e que não pode como também o que deve e o que não deve.* (Sujeito 4, 34 anos, gênero masculino)
>
> *O Serviço Social é importante porque ajuda na melhoria dos alunos com os familiares* (Sujeito 5, 23 anos, gênero feminino)

Verifica-se que os usuários respeitam a profissão dentro da escola e a veem como parte integrante da instituição, um profissional de suma importância para a funcionalidade da escola, tendo em vista que, o assistente social possibilita a autonomia dos usuários, fazendo valer seus direitos, e suas opiniões, colocando-os como insubstituíveis no processo da educação das crianças e/ou filhos.

Vale ressaltar que espaços profissionais se conquistam com eficiência e eficácia nas ações desenvolvidas, através do comprometimento e competência teórica e técnica, o que no CEISA é demonstrado visivelmente pelos usuários.

Quanto à satisfação dos serviços prestados pelo Serviço Social, indaga-se sobre o seu papel, perguntando o que o mesmo não faz e que seria necessário ou gostariam que fizesse e relatam:

> *Para mim o que o Serviço Social faz está bom e é muito competente o trabalho desenvolvido.* **(Sujeito 1, 30 anos, gênero feminino)**
>
> *Para mim funciona normalmente, resumindo o Serviço Social é ótimo.* **(Sujeito 2, 37 anos, gênero feminino)**
>
> *Estou muito satisfeito com o trabalho do Serviço Social, não tenho o que reclamar.* **(Sujeito 3, 42 anos, gênero masculino)**
>
> *Para mim funciona normalmente, resumindo o Serviço Social é ótimo.* **(Sujeito 4, 37 anos, gênero feminino)**
>
> *Não sei, porque sempre que não exerce sua função dentro da escola, sempre está ocupada, envolvendo-se com as outras funções.* **(Sujeito 5, 21 anos, gênero feminino)**

Assim, demonstram que o trabalho do profissional de Serviço Social é comprometido com a comunidade, elaborando e desenvolvendo ações para melhorar o ambiente escolar e as relações ali presentes, mostrando-se satisfeitos com os serviços e os atendimentos que recebem.

Pelo depoimento do sujeito 5: "[...] *sempre que não exerce sua função dentro da escola, sempre está ocupada, envolvendo-se com as outras funções, percebe-se que o assistente* social, além de suas funções, exerce outras funções na escola, e dá visibilidade a elas, demonstrando ser um profissional envolvido com seus usuários, com a equipe técnica e com a própria instituição.

Contata-se que os usuários encontram-se satisfeitos em fazerem a parte da escola CEISA, pois recebe um tratamento diferenciado, levando em conta que é o único Centro de Educação em Bauru que aderiu em seu quadro de funcionários, o Assistente Social como

profissional, proporcionando meios para a participação dos usuários, visando à melhoria do trabalho desenvolvido tanto pelo assistente social, tanto para outros profissionais, proporcionando conhecimentos para os mesmos, mantendo-os informados e sujeitos participativos na sociedade.

CONCLUSÂO

Considerando que esse trabalho tem por objetivo geral evidenciar a importância do Serviço Social numa escola de educação infantil, e os específicos: Revelar a concepção das famílias sobre o Serviço Social da escola; identificar o papel do Assistente Social junto à escola infantil; apontar a importância do Serviço Social na escola, pode-se dizer que o estudo obteve o grau de satisfação desejado.

O problema do estudo é a importância do Serviço Social na escola de Educação Infantil, as análises realizadas através da pesquisa aplicada no Centro de Educação Infantil Santo Antonio (CEISA) com as famílias evidenciam que o trabalho do assistente social no âmbito educacional é primordial e de grande importância nos dias atuais, após as mudanças significativas ocorridas no cenário da educação e da sociedade, em que trouxe como consequência, o aumento das expressões da questão social e o enfraquecimento de vínculos familiares.

Assim, o Serviço Social como parte dos profissionais de uma escola de Educação Infantil é algo valioso, considerando que a educação infantil é a base para o desenvolvimento da criança, momento esse que a mesma adquire seus valores, costumes, conhecimentos, dentre outras capacidades, pois o assistente social busca na relação escola e família o propósito de garantir ao educando, o desenvolvimento em seu aspecto físico, mental, moral e social, bem como a participação da família na educação dos filhos, facilitando a transformação humana e social, estimulando a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas.

Os dados obtidos demonstram que o Serviço Social desempenha um papel de suma importância no processo da educação infantil, revelam que as famílias possuem total

consciência do que o Serviço Social pode contribuir com seu trabalho dentro de uma instituição escolar, evidenciando que reconhecem a importância desse profissional na relação família e escola, uma vez que possibilitam através de seus instrumentais a aproximação necessária entre a família e escola nas decisões do processo educativo das crianças, colocando-os como parte desse sistema, rompendo as barreiras da escola para com a família, tornando-os sujeitos de sua história, sujeitos esses participativos, com direito e autonomia para sugestões, ideais e/ ou reclamações, com o intuito de avaliar e melhorar o serviço prestado pela instituição.

Os dados evidenciam que as famílias possuem pouco domínio técnico sobre a profissão de Serviço Social, pois colocam o Serviço Social como uma profissão que ajuda as pessoas, usando-o esse termo para descrever o que o Serviço Social representa em geral, porém, apesar desse termo, após as discussões das outras perguntas, constata-se que ambos conhecem o trabalho realizado pelos assistentes sociais em vários espaços ocupacionais, e colocam a terminologia de ajuda, por não possuírem o domínio utilizado pela profissão.

Assim, a inserção do assistente social nesse âmbito, considerado novo, apesar de ainda não possuir lei que o faça legalmente reconhecido, como um dos profissionais exigidos para atuar junto aos demais profissionais da educação, há grande aceitação por parte do público alvo, as famílias concebem o trabalho do assistente social, como um profissional presente, que se relacionam com as pessoas na procura de conhecer a realidade e a dinâmica familiar, comprometido e que contribui para o processo de conscientização da importância da família para a criança que se encontra na educação infantil desta realidade.

Por tanto, a hipótese sugerida é que o mundo atual marcado pela aceleração das transformações e dos conhecimentos, pela expansão da tecnologia dos meios de comunicação, pela contestação dos valores estabelecidos, pela explosão demográfica, é, inevitavelmente, um mundo com novas exigências é papel da escola hoje entender o mundo e vivificar novas experiências de formação de ideias que visem um aprendizado criativo e prazeroso. A Escola deve ter um papel de aproximação do aluno em relação à realidade que lhe cerca para que este esteja sempre preparado para o mundo do trabalho e para a vida social.

O Serviço Social, juntamente com uma equipe interdisciplinar, é fundamental para o bem estar das crianças no ambiente escolar, desenvolvendo um papel educativo, na busca de garantia de direitos e melhoria na qualidade de vida, atuando nas expressões da questão social em cada família, que recebe intervenção através dos projetos específicos visando à

emancipação dos sujeitos e a transformação da realidade vivida, aproximando os pais do ambiente escolar. Portanto, vem se comprovar uma vez que o estudo demonstra que é de suma importância o Serviço Social como profissão numa escola de educação infantil, pois constroem junto às famílias, planos de emancipação visando o enfrentamento das expressões da questão social.

O Assistente Social no âmbito da educação infantil exerce um papel relevante frente às famílias e as crianças com as suas intervenções, o profissional deste espaço realiza atendimentos e acompanhamentos através de ações individuais e coletivas, de acordo com a demanda apresentada, potencializa o poder das famílias, promovendo oportunidades de mudanças na qualidade vida e maior consciência da conduta, de forma que os mesmos devem retomar a condução de seus próprios destinos.

Através desse estudo, conclui-se que é necessária a inserção do assistente social no âmbito da educação infantil, pois a educação infantil é a fase inicial que a criança agrega seus valores e a capacidade de se expressar, e o assistente social é o mediador que articula as informações entre a dinâmica familiar dos alunos ao trabalho da escola, através de um trabalho informativo e interdisciplinar, um agente educativo, transformador, criativo e propositivo que trabalha na relação família e escola, aproximando-os e resgatando os vínculos com objetivo de torná-los cidadãos mais participativos e comprometidos com a realidade em que vivem.

REFERÊNCIAS

A FAMÍLIA e a escola. Disponível em <http://mariajucilene.blogspot.com.br/2011/11/familia-e-escola-espaco-deaprendizado.html#!/2011/11/familia-e-escola-espaco-de-aprendizado.html>. Acesso: 23 maio 2013.

AS Legislações do Ensino Fundamental de Nove Anos. Disponível em <http://educador.brasilescola.com/politica-educacional/ensino-fundamental-de-noveanos.htm>. Acesso: 22 de jun. 2013.

BELLO, José Luiz de Paiva. Educação no Brasil: a História das rupturas. **Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>. Acesso: 15 de abr. 2013 .

BENJAMIN, A**. A entrevista de ajuda.** 6º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < www.planalto.com.br >. Acesso: 15 de jun. 2013.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da educação.** Lei nº 9424, de dezembro de 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso: 10 de jun. 2013.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. *Secretaria de Educação Fundamental.* **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, vol. 1, 2 3. 2002.

BRASIL, (PL 280/09) **dispõe sobre a participação da Psicologia e do Serviço Social nas Escolas para um a Educação mais Humana**, publicado por Jamil Murad, São Paulo, 2011.

BRESSAN, C. R. **Serviço Social na Educação**. Brasília, CFSS, 2001. 32 p.

BRZEZINSKI, I. **LDB interpretada**: diversos olhares se entrecruzam. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2000. 308 p.

CADERNOS de Graduação. Serviço Social: Das práticas meramente interventivas à pesquisa. Santos, E.M., Oliveira, G. R., Monteiro, C. A. B. Aracaju, 2011.

CARRAPATO, J. F. L. **Apostila de Pesquisa em Serviço Social I**: a importância da Pesquisa e suas normas ao Serviço Social. Bauru, 2007. 37p.

CANDELARIA, A. C. C. **Responsabilidade Social e o novo espaço ocupacional do Serviço Social Organizacional**. Bauru, 2002. 105p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Instituição Toledo de Ensino, Faculdade de Serviço Social, Bauru, SP, 2002.

CAMPOS, M. M. M. Temas em Debate – A Creche e a Pré Escola. PUC-São Paulo, 1980. Diponivel em: http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n39/n39a05.pdf. Acesso: 18 de jun. 2013.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

ESTATUTO da criança e adolescente. Brasília: CONANDA. 3. ed. 160p.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997. 127p.

FONTANA, M. L. **Apostila de Pesquisa em Serviço Social**. Faculdade de Serviço Social de Bauru-ITE, p. 7-17, 2009.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva.** Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993.

GAYOTTO, M. L. C. **Creches**: desafios e contradições da criação coletiva da criança pequena. São Paulo: Ícone, 1992. 134p.

GRUPO de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília, CFESS, 2001.

GUERRA, I. O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2007.

GUERRA, Y. A categoria instrumentalidade do Serviço Social no equacionamento de "pseudos problemas" da/na profissão. **Construindo o Serviço Social**, p. 9-25, mar. 1998.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

KALOUSTIAN. S. M. (organizador). **Família Brasileira**: a base de tudo. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 282 p.

MACHADO, M. L. de A. (org.) **Educação infantil em tempos de LDB**. São Paulo: FCC/DPE, 200. 104p.

MACHADO, M. L. **Encontros e Desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINELLI, M. R. Reflexões sobre o Serviço Social e o Projeto Ético Político Profissional. **Revista Emancipação.** Ponta Grossa: UEPG, 2006.

MOREIRA, C. F. **A Criança e a creche:** Um direito ou uma necessidade? UFRRJ. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em :<www.ufrrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/desafioscotidianos/arquivos/integra/integra_MOREIRA.pdf>. Acesso: 13 de jun. 2013.

OLIVEIRA, Z. M. **Creches**: crianças, faz de conta & Cia. Petrópolis: Vozes, 1992.127p. Paschoal, J. D., Machado, M.C.G. **A História da educação Infantil no Brasil:** Avanços, Retrocessos e desafios dessa modalidade educacional". Artigo disponível em: <*www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf* > acesso: 17 de abril 2013.

REGEN, M. **Uma creche em busca da inclusão**. São Paulo: Memnon, 1998. 93p

REVISTA do Intuito de pesquisa e estudos- Divisão de Serviço Social. **Construindo o Serviço Social**. Nº 5, p 1- 60, 1999.

RIOS, T. A. **ÉTICA E COMPETÊNCIA**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 86 p.

RIZZO, G. **Creche**: organização, currículo, montagem e funcionamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 399p.

ROCHA, M. A. M. **Creche para crianças de até dois anos**: o que pensar. Porto Alegre: Da casa, 1997, 106p.

ROMÃO, C. Evolução da pesquisa em Educação. São Paulo, 2004. Disponível em: <http//www.cesarromao.com.br/redator/item24131.html>. Acesso: 20 de jun. 2013.

SOARES, S. **Fontes para a educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2003

SHINYASHIKI, R. **Pais e Filhos: Companheiro de viagem**. São Paulo: Gente, 1992.

TIBA, I. **Quem Ama Educa**. 76. ed. São Paulo: Gente, 2002. 302 p.